



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2022

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

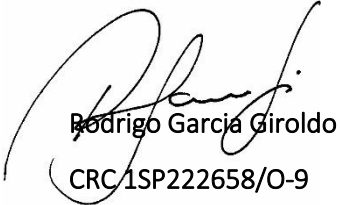
deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 01 de abril de 2022.



BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rodrigo Garcia Giroldo'.

Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota	2021	2020
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.429.210	18.670.293
Contas a receber	5	10.093.398	7.378.080
Estoques	6	7.566.832	2.924.579
Outros créditos	7	1.982.641	1.821.932
Despesas antecipadas		7.758	7.828
Total do ativo circulante		40.079.839	30.802.712
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	377.176	77.458
Imobilizado	8	11.292.656	8.518.342
Total do ativo não circulante		11.669.832	8.595.800
Total do ativo		51.749.671	39.398.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	658.914	631.400
Fornecedores e prestadores de serviços	10	7.125.281	6.466.683
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	5.213.842	4.226.268
Provisão de férias e encargos		7.786.514	6.323.655
Outras obrigações	12	4.532.525	2.070.302
Contratos de gestão e convênios a realizar	13	5.859.555	6.646.106
Total do passivo circulante		31.176.631	26.364.414
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	707.620	1.224.044
Outras obrigações	12	5.006.988	2.676.015
Provisão para contingências	14	924.765	461.705
Total do passivo não circulante		6.639.373	4.361.764
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		4.766.865	277.655
Ajuste de avaliação patrimonial		3.888.729	4.029.805
Reserva de doações		16.740	16.740
Superávit acumulado		5.261.333	4.348.134
Total do patrimônio líquido	16	13.933.667	8.672.334
Total do passivo e patrimônio líquido		51.749.671	39.398.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Receita operacional			
Serviços de Saúde	17	145.245.986	103.345.842
Doações	18	653.692	41.814
		145.899.678	103.387.656
Custos dos serviços prestados	19	(125.660.785)	(89.247.321)
Superávit Bruto		20.238.893	14.140.335
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(8.234.250)	(6.298.061)
Com pessoal		(6.516.096)	(3.170.310)
Outras receitas operacionais líquidas	21	3.529	14.046
		(14.746.817)	(9.454.325)
Superávit antes do resultado financeiro		5.492.076	4.686.010
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		87.565	49.220
Despesas financeiras		(318.308)	(387.096)
	22	(230.743)	(337.876)
Superávit do exercício		5.261.333	4.348.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	2021	2020
Superávit do exercício	5.261.333	4.348.134
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	141.075	149.855
Resultado abrangente do exercício	5.402.408	4.497.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2020	(347.210)	4.179.660	16.740	475.010	4.324.200
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	475.010	-	-	(475.010)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(149.855)	-	149.855	-
Superávit do exercício	-	-	-	4.348.134	4.348.134
Saldos em 31 de dezembro de 2020	127.800	4.029.805	16.740	4.497.989	8.672.334
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	4.497.989	-	-	(4.497.989)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(141.075)	-	141.075	-
Superávit do exercício	-	-	-	5.261.333	5.261.333
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.625.789	3.888.730	16.740	5.402.408	13.933.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	5.261.333	4.348.134
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	249.960	291.776
Depreciações e amortizações	443.056	391.756
Valor residual das baixas do imobilizado	587.033	14.353
Juros sobre empréstimos	157.565	256.942
Reversão de demandas judiciais	463.060	333.194
Resultado do exercício ajustado	7.162.007	5.636.155
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(2.965.278)	8.061.312
Estoques	(4.642.253)	(2.009.539)
Outros ativos	(460.357)	(1.445.075)
Fornecedores	658.598	186.626
Obrigações sociais e provisão de férias	2.450.433	3.743.509
Outras obrigações	4.006.645	272.559
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	6.209.795	14.445.547
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e Investimentos temporários	(3.804.403)	(2.133.029)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(3.804.403)	(2.133.029)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(646.475)	(807.621)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	(646.475)	(807.621)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.758.917	11.504.897
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20.429.210	18.670.293
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.670.293	7.165.396
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.758.917	11.504.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

1. Contexto operacional

O Hospital Santa Lydia foi instituído pela Fundação Ribeiro Pinto e inaugurado em 27/01/1960, com o propósito de atender principalmente crianças carentes de Ribeirão Preto e região, em um momento difícil para o país devido ao surto de poliomielite e meningite.

Com o passar dos anos e a mudança do perfil epidemiológico do País, o Hospital Santa Lydia passou a ser um hospital geral, atendendo as diversas clínicas com ênfase ao atendimento pediátrico especificamente a UTI infantil e neonatal. Assim como outras clínicas como cuidados intensivos adulto e ortopedia.

A busca contínua por novas técnicas e a humanização sempre foram os ideais de seus gestores que fizeram do Hospital Santa Lydia uma referência reconhecida e respeitada pela sociedade. Sempre aberto à comunidade acadêmica permitiu a formação de reconhecidos profissionais de saúde que atuam nas mais diversas e importantes instituições de saúde do país.

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e as atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e, suplementarmente, à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

A finalidade principal da Fundação é a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS moradores de Ribeirão Preto, tendo autonomia administrativa, operacional e financeira, além de plena gestão dos seus bens e recursos regidos por seus atos consecutivos e pelo seu Estatuto Social.

No Estatuto Social da Fundação está previsto no Capítulo V, Seção 1, da Organização, que a

Fundação contará com os seguintes órgãos:

I-) Conselho Curador,

II-) Conselho Fiscal e

III-) Diretoria Executiva que é detalhada suas funções nas Seções II, III e IV.

Na Lei Municipal 2415 de 14 de outubro de 2010 que autorizou a Instituição da Fundação, cuja finalidade será a prestação de serviços de saúde, e dá outras providências, prevê no artigo 4º que a "Fundação Hospital Santa Lydia" poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no art. 37, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Cabe salientar que a Fundação Hospital Santa Lydia sucedeu ao Instituto Santa Lydia, conforme Lei Municipal nº 2415 de 14/10/2010, que autorizou a criação da instituição, onde o seu CNPJ é nº. 13.370.183/0001-89, independente do Instituto Santa Lydia, que é CNPJ nº.56.000.052/0001-12.

Com a nova gestão municipal em 2018 e a reativação dos órgãos de governança e de fiscalização da Fundação, a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do seu plano municipal, trouxe vários novos projetos, fazendo com que a Fundação Hospital Santa Lydia atue junto às Upas e Unidades Básicas Distritais de Saúde do município de Ribeirão Preto desenvolvendo ações e serviços de Pronto Atendimento.

As parcerias firmadas com o ente público fortaleceram a Fundação Hospital Santa Lydia como uma Fundação de apoio à Secretaria de Saúde, resolvendo diversas demandas assistenciais da comunidade de Ribeirão Preto e possibilitou a contínua busca de transformar a Fundação em uma instituição viável dando a garantia de prosseguir e ampliar as atividades dessa organização que está fazendo um papel tão importante no cenário da saúde de Ribeirão Preto e que foi tão arriscada nos anos anteriores.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia do novo coronavírus, comumente denominado por Covid-19. No mesmo mês foi decretada a situação de calamidade pública no Brasil, a partir do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Na sequência, o Governo do Estado de São Paulo decreta quarentena através do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, em sintonia à decisão, o município de Ribeirão Preto publicava o Decreto nº 65, de 16 de março de 2020, divulgando recomendações e medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19. Com o aumento de casos, em 19/03/2020, a partir do Decreto 069/2020, foi declarada situação de emergência na saúde pública do município de Ribeirão Preto e, na sequência, em 23/03/2020, foi declarado estado de calamidade pública no município – Decreto 076/2020.

Desde os primeiros casos emergidos no Brasil, o grau de contágio do vírus foi aumentando exponencialmente, com alguns poucos períodos de contenção a partir das medidas de controle adotadas por cada região. Sendo Ribeirão Preto referência em seu Departamento Regional de Saúde, o qual contempla mais de 25 municípios, faz-se necessária a adoção de medidas contingenciais e de esforço coletivo. A Fundação Hospital Santa Lydia tem papel importante no apoio à atenção à saúde do município de Ribeirão Preto, tanto por seu Hospital quanto pelas unidades geridas através dos Contratos de Gestão. Devido a isso, é importante ressaltar as

medidas e os arranjos realizados que estão intrinsecamente ligados à operacionalização das atividades do exercício em análise.

O ano de 2021 foi marcado por uma continuidade da situação calamitosa que encontrava não somente nossa região de Ribeirão Preto, mas o mundo decorrente da Pandemia do Coronavírus, Covid-19.

Combatendo o vírus com protocolos de atendimento nacionais e internacionais, com distanciamento, isolamento, havendo a necessidade de fluxo duplo de atendimento nas Unidades, com setor para suspeitos de Covid e setor para não suspeitos, como pela ampliação do uso de EPIs e de produtos e insumos de limpeza. Com a transformação da UPA LESTE em Polo Covid-19 entre 01/04/2020 e 14/10/2020, todas as demais Unidades receberam alguma demanda ou algum serviço dentre os antes realizados na UPA Leste.

Assim, houve múltiplas revisões da operação relacionada ao contexto da pandemia em curso, e a todas as diversas fases e demandas relacionadas a cada alteração de cenário da pandemia, de modo dinâmico e com rápida resposta. A demanda de pacientes, associada a duplo fluxo de atendimento (a suspeitos e não suspeitos para Covid, de maneira separada) trouxe necessidade de aumento das equipes, e foi necessário ainda, lidar com uma imensa e crescente demanda de EPIs.

Sofremos também com alto índice de funcionários contaminados com a covid-19, gerando assim afastamentos necessários para tratamento de saúde, desencadeando com isso, coberturas de plantões e posto de trabalho que em sua grande maioria era coberta por composição de Hora Extra.

O Hospital Santa Lydia, principal Hospital da Fundação foi praticamente remontado para dar suporte a covid-19, assim como foi feito no ano de 2020, foram adaptadas duas UTIs destinadas à Covid-19 uma na própria área de UTI Adulto e outra no Centro Cirúrgico, sendo interrompidas quaisquer atividades do setor. Quanto à enfermaria, foram adaptados os Postos 2, 3 e 4, além do Pronto Atendimento e da nova Sala de Urgência, o Hospital equipou e estruturou cinco UTIs destinadas à Covid-19, possuindo capacidade de 39 leitos de UTI e 15 leitos de enfermaria.

Na UPA Leste manteve-se como Polo Covid desde 01/04/2020 até 01/11/2021, quando houve o fechamento, sua reabertura pelo avanço da doença do Coronavírus ocorreu em 04/01/2022.

Finalmente, nos cabe dizer que a despeito das dificuldades incorridas neste exercício, pudemos manejar de forma sustentável a gestão da Unidade. Embora tenha ocorrido momentos de escassez de EPI's e medicamentos neste exercício, a gestão evitou faltas e desabastecimento deles.

Em decorrência das intercorrências advindas do coronavírus, COVID-19, a FHSL enfrentou obstáculos como quadro colaborativo, tal fato foi devido ao afastamento de profissionais em decorrência do coronavírus, observamos também como já mencionado acima aumento de medicamentos e EPI's.

Com avanço da Fundação Hospital Santa Lydia com os vários contratos de gestão e convênios e seus respectivos aditamentos podemos afirmar que no ano de 2021 houve a transferência dos colaboradores da Unidade de saúde UBDS João Baptista Quartín, conhecida

popularmente como UBDS Central para a Unidade UBDS Dr. Marco Antônio Sahão, conhecida como UBDS Vila Virginia, o contrato referente a unidade deu início na data de 01/09/2021 a partir da mesma a FHSL assumiu integralmente a unidade Vila Virginia, conseqüentemente ocorreu o encerramento da unidade UBDS central de número de contrato 001/2018.

Nesse prisma de excelência em gestão, em 31/05/2021 a FHSL firmou contrato referente a Unidade de Saúde Professor Zeferino Vaz, unidade está conhecida como UBS Quintino I.

No exercício de 2021, a Fundação, continuou com fiscalização ativa, com envios periódicos de informações ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. E, com ampla divulgação de dados em seu portal da transparência divulgando seus atos, relatórios de despesas e provisionamento de receitas no portal da transparência disponível no site institucional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 01 de abril de 2022. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2021.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação

dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram emprestados conforme nota explicativa 8.

j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Contratos de gestão

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 23.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e

passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	2.201	2.690
Bancos conta movimento	712.590	480.961
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão (nota 23)	613.828	381.877
Aplicações financeiras (i)	2.216.465	5.247.725
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão (nota 23)	12.248.178	12.258.432
Aplicações financeiras – Cont. de Gestão a transferir para Fundação (ii)	4.635.948	298.608
Total	20.429.210	18.670.293

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

(ii) Valor financeiramente registrado como aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, no entanto, referem-se ao valor equivalente a recursos próprios utilizados pela Fundação para o pagamento de parte do rateio dos custos e despesas para os contratos de gestão em 2021, o mesmo ocorreu no exercício de 2020.

5. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Convênios	995.459	867.400
Outros créditos a receber	739.146	556.652
Sistema Único de Saúde – SUS	6.749.834	2.604.833
Contrato de Gestão (ii) – nota 23	2.354.603	3.844.878
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(745.644)	(495.683)
Total	10.093.398	7.378.080

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

6. Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos	4.538.943	1.210.023
Almoxarifado (i)	3.027.889	1.714.556
Total	7.566.832	2.924.579

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

Houve um aumento no saldo de estoques pois, devido à pandemia de Covid-19, foram realizadas compras excedentes prevendo o contingenciamento de materiais e medicamentos para atendimento à população.

7. Outros créditos

Descrição	2021	2020
Cartões de crédito	220	150
Adiantamento a colaborador	197.566	230.741
Adiantamento a colaborador – C. Gestão – nota 23	265.760	230.873
Adiantamentos a fornecedores	13.892	199.204
Adiantamento a fornecedores – C. Gestão – nota 23	7.792	6.548
Reajuste salarial - C. Gestão (i) – nota 23	1.497.411	954.416
Título de capitalização	-	200.000
Total	1.982.641	1.821.932

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que devem ser mantidos em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria.

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de deprec. média anual	Custo + Depreciação		2021	2020
		AAP	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.485.985	(1.949.750)	3.536.235	3.718.913
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	3.082.912	(2.027.624)	1.055.288	614.365
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	937.615	(719.006)	218.610	239.267
Equip. de inform.	25 a 100%	640.210	(516.757)	123.453	11.419
Equip. Hospitalares	20%	495.183	(336.784)	158.399	206.363
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Bens públicos estaduais (i)		2.121.103	-	2.121.103	2.078.603
Bens públicos municipais (i)		2.439.078	-	2.439.078	8.922
Total		16.886.782	(5.594.127)	11.292.656	8.518.342

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

(i) Bens emprestados para a fundação pelo estado e município para enfrentamento da pandemia, conforme descrito na nota explicativa 12(iv).

b. **Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial**

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Terrenos	1.640.490	-	-	1.640.490
Edificações	5.485.985	-	-	5.485.985
Máquinas e equipamentos	2.499.987	582.925	-	3.082.912
Móveis e utensílios	974.850	45.180	(82.415)	937.615
Equipamentos de informática	519.545	125.530	(4.865)	640.210
Equipamentos Hospitalares	495.183	-	-	495.183
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	2.078.603	42.500	-	2.121.103
Bens públicos municipais	8.922	3.008.268	(578.112)	2.439.078
Total	13.747.771	3.804.403	(665.392)	16.886.782

c. **Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Edificações	(1.767.072)	(182.678)	-	(1.949.750)
Máquinas e equipamentos	(1.885.622)	(142.002)	-	(2.027.624)
Móveis e utensílios	(735.583)	(56.916)	73.493	(719.006)
Equipamentos de informática	(508.126)	(13.496)	4.865	(516.757)
Equipamentos Hospitalares	(288.820)	(47.964)	-	(336.784)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
Total	(5.229.429)	(443.056)	78.358	(5.594.127)

9. **Empréstimos e Financiamentos**

Modalidade	Taxa de juros mensal	Datas de vencimento	2021	2020
Bradesco S.A (capital de giro)	1,03%	10/08/2023	-	2.180.648
CEF (capital de giro)	0,75	10/10/2023	1.479.720	-
(-) Encargos a transcorrer			(113.186)	(325.204)
Total			1.366.534	1.855.444
Circulante			658.914	631.400
Não circulante			707.620	1.224.044

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 0,75% a.m. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2022 até outubro de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2021	2020
Saldos iniciais	1.855.444	2.406.123
Captação de empréstimos e financiamentos	1.623.000	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(2.538.425)	(807.621)
Juros e variação monetária	426.515	256.942
Total	1.366.534	1.855.444

A prestação mensal do atual contrato está em R\$ 67.259,96 para pagamento em 27 prestações, pagos até o momento 06/27 parcelas.

10. Fornecedores e prestadores de Serviços

Descrição	2021	2020
Fornecedores nacionais	577.845	1.098.941
Fornecedores – Contrato de Gestão (nota 23)	2.112.661	1.197.991
Honorários médicos – Pessoa física	26.843	26.843
Honorários médicos – P. física – C. Gestão (nota 23)	33.152	948
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.441.169	1.341.658
Honorários médicos – P. jurídica – C. Gestão (nota 23)	2.933.611	2.800.302
Total	7.125.281	6.466.683

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2021	2020
Salários a pagar	799.647	684.315
Salários a pagar - C. Gestão (ii)	2.295.146	1.892.071
Pensão alimentícia a pagar	389	411
P. Alimentícia – C. Gestão (ii)	4.519	2.959
Vale alimentação	71.428	22.352
Vale alimentação – C. Gestão (ii)	175.700	54.567
Contribuição sindical	12.526	9.050
Contrib. Sindical - C. Gestão (ii)	14.242	729
INSS empregados (i)	104.790	97.031
INSS – Contrato Gestão (ii)	306.988	240.685
FGTS – Empregados (i)	145.610	162.941
FGTS – Contrato Gestão (ii)	349.387	304.886
IRRF a recolher (i)	135.762	117.969
IRRF – Contrato Gestão (ii)	483.618	354.202
INSS retido	9	8
INSS retido – C. Gestão (ii)	42.649	49.404
COFINS/PIS (i)	82.526	64.823
COFINS/PIS – Contr. Gestão (ii)	130.831	137.254
ISS	701	231
ISS – Contrato Gestão (ii)	7.682	8.950
Rescisões a pagar	16.417	15.011
Rescisões – C. Gestão (ii)	30.691	4.869
Bolsa Auxílio	2.584	1.550
Total	5.213.842	4.226.268

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.

(ii) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 3.841.453, vide nota explicativa 23.

12. Outras obrigações

Modalidade	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	744.433	-	744.067	-
Água e esgoto - C. Gestão (iii)	239.897	-	154.425	-
Energia elétrica	2.373	-	5.870	-
Energia elétrica - C. Gestão (iii)	145.135	-	125.919	-
Empréstimo consignado	55.974	-	66.929	-
Empr. consignado – C. Gestão (iii)	113.421	-	98.931	-
Outros valores a pagar	9.091	-	7.261	-
Outros val. a pagar - C. Gestão (iii)	974	-	1.035	-
Cessão/Empr. - Bens Públicos Estaduais – (iv)	-	3.538.123	-	2.078.603
Cessão/Empr. - Bens Públicos Municipais – (iv)	-	1.022.058	-	8.922
Devolução Recurso Covid-19 - F.M.S. – (v)	1.576.000	-	-	-
Serviços de Lavanderia	2.634	-	-	-
Serviços de Lavanderia - C. Gestão	53.770	-	-	-
Adesão SES - Medicamentos - Covid-19 – (vi)	1.096.470	-	-	-
Parcelamento de água e esgoto (ii)	146.656	446.807	142.949	578.490
Parcelam. processos trabalhistas	10.000	-	90.000	10.000
Parcelamento processos cíveis	-	-	-	-
Adiantamento de terceiros	335.697	-	632.916	-
Total	4.532.525	5.006.988	2.070.302	2.676.015

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.
- (iii) Referente a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 553.197, vide nota explicativa 23.
- (iv) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu alguns itens de imobilizados cedidos pelo governo do estado de São Paulo através da DRS XIII, CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19, dentre eles, cama hospitalares, respiradores, aparelhos de anestésias, bombas de infusão e ventiladores pulmonares, além disso, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto também cedeu uso de alguns itens como, carros de alimentos, desfibriladores e monitores cardíacos. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Demais itens registrados, descritos por 03 poltronas e 01 aparelho de eletrocardiograma, também pertencentes a Prefeitura de Ribeirão Preto lotados em unidades de saúde geridas pela Fundação que, em determinado momento, foram emprestados para o Hospital Santa Lydia em suas operações usuais, os quais devem ser devolvidos até o término da necessidade de uso. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (Imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da fundação.
- (v) A Fundação recebeu por meio de portarias valores relativos a leitos utilizados para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no decorrer do exercício de 2021, entretanto, alguns valores foram pagos em duplicidades por portarias diferentes, ocasionando um saldo a restituir para a Secretária Municipal de Saúde de Ribeirão Preto. Os leitos de abril, maio e junho de 2021 foram pagos por meio das portarias GM/MS 1.666/2020 de 07/2020 e a SS-156 de 12/2020, perfazendo um montante de 1.576 mil reais a devolver.
- (vi) Os valores de medicamentos foram comprados para atendimento na pandemia da COVID-19 através das portarias 0.50/2021, 054/2021 e 084.2021, serão pagos no decorrer do exercício.

13. Contratos de gestão e convênios a realizar

Descrição	2021	2020
Contrato de Gestão 01/2018 – UBDS Central	1.964.875	1.797.464
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Leste Federal	1.527.689	26.449
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Leste Municipal	-	858.890
Contrato de Gestão 03/2018 – UBDS Quintino II	-	1.065.881
Contrato de Gestão 01/2020 - Cristo Municipal	-	410.199
Contrato de Gestão 01/2020 - Cristo Federal	252.472	2.050
Contrato de Gestão 01/2021 - UPA Norte	1.616.264	431.573
Contrato de Gestão 02/2021 - UPA Oeste	-	1.717.558
Convênio 04/2021 – Hosp. Munic. Francisco de Assis	-	336.042
Contrato de Gestão CG 02/2018 UPA Estadual	12.333	-
Contrato de Gestão CG 29/2021 UBS Quintino I	480.800	-
Contrato de Gestão CG 01/2018 Central Estadual	1.580	-
Contrato de Gestão CG 01/2020 UPA Norte Estadual	2.867	-
Contrato de Gestão CG 02/2020 UPA Oeste Estadual	675	-
Total (nota 23)	5.859.555	6.646.106

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

14. Provisão para contingências

Descrição	2021	2020
Trabalhista	724.106	422.610
Trabalhista – Contrato de gestão (i)	194.694	36.621
Cível	5.965	2.474
Total	924.765	461.705

A Fundação no curso normal de suas operações essa sujeita a riscos de demandas trabalhistas e cíveis, e também, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia

(sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter e incrementar a provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(i) Referente a provisões para contingências vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, vide nota explicativa 23

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2020	77.458	128.511
Diminuição	(26.798)	(54.638)
Aumento	47.803	387.832
Saldos em 31 de dezembro de 2020	98.463	461.705
Diminuição	(11.283)	(234.309)
Aumento	311.001	697.369
Saldos em 31 de dezembro de 2021	377.176	924.765

15. Passivos contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 11.783.370 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.966.759 em 2020). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

16. Patrimônio Líquido

- a. **Patrimônio social:** Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.
- b. **Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. **Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Particulares	8.236	483.520
Contrato de Gestão (nota 23)	99.980.131	68.832.839
SUS (i)	16.207.216	18.959.481
Convênios (ii)	5.299.415	5.732.777
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	290.626	239.619
Auxílios e Subvenções Federais	19.393.040	6.830.866
Auxílios e Subvenções Estaduais	1.440.000	300.000
Auxílios e Subvenções Municipais	2.627.322	1.966.740
Total	145.245.986	103.345.842

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

18. Doações

Descrição	2021	2020
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	653.692	41.814

19. Custos dos serviços prestados

Descrição	2021	2020
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(13.164.889)	(8.478.434)
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 23)	(30.317.768)	(22.715.635)
Custos de pessoal	(16.488.023)	(12.100.970)
Custos de pessoal – Contrato de Gestão (nota 23)	(37.254.895)	(28.493.112)
Serviços de empresas	(403.756)	(472.892)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 23)	(10.119.087)	(6.640.386)
Medicamentos	(4.464.751)	(3.857.972)
Medicamentos – Contrato de Gestão (nota 23)	(3.887.087)	(61.750)
Mater. Hospitalares – Contr. De Gestão (nota 23)	(344.397)	(1.995.920)
Materiais de enfermagem	(2.900.896)	(1.560.944)
Materiais e serviços de laboratório	(41.543)	(165.988)
Materiais e serv.de laboratório – C. Gestão (nota 23)	(672.642)	(740.799)
Órteses e próteses	(104.450)	(67.461)
Material de escritório	(145.370)	(103.608)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 23)	-	(1.421)
Gêneros alimentícios	(93.694)	(5.396)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 23)	(1.693.861)	(1.107.245)
Material de lavanderia, costura e roupas	(10.801)	-
Material de lavanderia, cost. e roupas – C. de Gestão	(188.466)	-
Material de limpeza	(168.810)	(87.316)
Outros custos	-	(80.616)
Outros custos – Contrato de Gestão (nota 23)	(3.195.599)	(509.455)
Total	(125.660.785)	(89.247.321)

20. Despesas Administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Materiais em geral	(683.259)	(398.028)
Materiais em geral – Contrato de Gestão (nota 23)	(121.717)	(151.817)
Impostos, taxas e contribuições	(67.411)	(27.224)
Impostos, taxas e contribuições – Contrato de Gestão (nota 23)	(374)	(712)
Aluguéis	(286.176)	(76.981)
Aluguéis e Utilidade Pública – Contrato de Gestão (nota 23)	(3.564.527)	(2.296.693)
Energia elétrica	(41.522)	(50.443)
Energia elétrica – Contrato de Gestão (nota 23)	(669.174)	(602.223)
Água e esgoto	(15.507)	(21.314)
Água e esgoto – Contrato de Gestão (nota 23)	(247.381)	(211.930)
Conservação e manutenção	(98.735)	(61.804)
Conservação e manutenção – Contrato de Gestão (nota 23)	(302.806)	(723.774)
Despesa com depreciação	(443.056)	(391.756)
Acordos e custas processuais	(57.747)	(25.854)
Acordos e custas processuais – Contrato de Gestão	(439)	-
Provisão para contingências	(404.477)	(368.461)
(Provisão) reverão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(249.960)	(291.776)
Bens e materiais permanentes – Contratos de Gestão (nota 23)	(2.200)	(13.268)
Diversas	(220.047)	(242.556)
Diversas – Contrato de Gestão (nota 23)	(757.735)	(341.447)
Total	(8.234.250)	(6.298.061)

21. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	2021	2020
Recuperações de despesas	584	2.346
Serviços voluntários obtidos	(650.079)	(627.200)
Perda/Ganho na alienação de bens	(8.921)	1.756
Outras receitas	18.503	12.237
Serviços voluntários obtidos	650.079	627.200
Perdas no caixa (i)	(636)	(138)
Perdas em outros ativos (ii)	(6.001)	(2.155)
Total	3.529	14.046

(i) Reconhecimento de perdas sobre a falta de recebimento dos atendimentos particulares, o qual a Administração da Fundação passou a adotar novos procedimentos e controles neste exercício.

(ii) Substancialmente, representado por baixa de processo judicial que já foi realizado o acordo e o pagamento do mesmo.

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	98	5.040
Rendimentos sobre aplicação financeira	75.716	42.434
Juros ativos	11.751	1.746
	<u>87.565</u>	<u>49.220</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(223.522)	(290.387)
Despesas bancárias	(94.785)	(96.709)
	<u>(318.308)</u>	<u>(387.096)</u>
Total	(230.743)	(337.876)

23. Contratos de gestão

Descrição	2021	2020
Ativo:		
Bancos conta movimento (nota 4)	613.828	381.877
Aplicações financeiras (nota 4)	12.248.178	12.258.433
Contratos de gestão a receber (nota 5)	2.354.603	3.844.878
Estoques (nota 6)	3.719.318	852.637
Reajuste Salarial a Apropriar (nota 7)	1.497.411	954.415
Adiantamentos de fornecedores (nota 7)	7.792	6.548
Adiantamento a colaborador (nota 7)	265.760	230.873
Depósitos judiciais (nota 14)	185.573	-
Outros créditos	3.268	4.965
Total do ativo	20.895.731	18.534.626
Passivo:		
Fornecedores e Honorários médicos (nota 10)	5.079.424	3.999.241
Salários, encargos sociais e obrig. tributárias (nota 11)	3.841.453	3.050.576
Provisão de reajuste salarial	1.497.411	954.415
Provisão de férias e encargos	3.869.997	3.467.358
Outras obrigações (nota 12)	553.197	380.309
Contingências trabalhistas (nota 14)	194.694	36.621
Contratos de gestão a realizar (nota 13)	5.859.555	6.646.106
Total do passivo	20.895.731	18.534.626
Varição entre ativo e passivo	-	-
Receitas serviços de saúde:		
Contrato de Gestão – UBDS Central	12.734.445	18.533.418
Contrato de Gestão – UBDS Quintino II	-	12.417.400
Contrato de Gestão – UPA Leste Federal	4.557.650	5.992.300
Contrato de Gestão – UPA Leste Municipal	18.369.040	16.690.034
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Municipal	2.200	747.679
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Federal	2.309.857	900.715

Continua...

Continuação...

Descrição	2021	2020
Receitas serviços de saúde:		
Contrato de Gestão - Hospital Municipal Francisco de Assis	5.334.271	2.555.574
Contrato de Gestão - UPA Norte	22.195.255	8.246.004
Contrato de Gestão - UPA Leste Estadual	1.981.635	772.550
Contrato de Gestão - UPA Oeste	22.131.731	1.977.165
Contrato de Gestão – UBS Quintino I	983.341	-
Contrato de Gestão - Central Estadual	224.616	-
Contrato de Gestão - UPA Norte	441.157	-
Contrato de Gestão - UPA Oeste	441.157	-
Contrato de Gestão – UPA Vila Virginia	8.165.080	-
Total das receitas serviços de saúde (nota 17)	99.871.435	68.832.839
Custo dos serviços prestados:		
Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	(30.317.768)	(22.715.635)
Custos de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	(37.254.895)	(28.493.112)
Despesa de pessoal - Contrato de gestão	(6.516.096)	(2.225.251)
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	(10.119.087)	(6.640.386)
medicamentos - Contrato de Gestão (nota 19)	(3.887.087)	(61.750)
Mater. Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 19)	(344.397)	(1.995.920)
Materiais de laboratório - C. de Gestão (nota 19)	(672.642)	(740.799)
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	-	(1.421)
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.693.861)	(1.107.245)
Material de lavanderia, cos. e roupas - C. Gestão (nota 19)	(188.466)	-
Outros custos - Contrato de Gestão (nota 19)	(3.216.222)	(509.456)
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 20)	(121.717)	(151.817)
Impostos, taxas e contr. – Contr. de Gestão (nota 20)	(374)	(712)
Desp. adm. e gerais - Alugueis e util. pública (nota 20)	(3.559.527)	(2.296.693)
Energia elétrica - Contrato de Gestão (nota 20)	(669.174)	(602.223)
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 20)	(247.381)	(211.930)
Conservação e manut. - Contrato de Gestão (nota 20)	(302.806)	(723.774)
Diversas - Contrato de Gestão (nota 20)	(757.735)	(341.447)
Bens e Mat. Permanentes (nota 20)	(2.200)	(13.268)
Total dos custos e despesas	(99.871.435)	(68.832.839)
Receita (-) custos e despesas	-	-

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados:

Mês de competência	2021		2020	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	3.720.180	1.071.412	2.489.453	716.962
Fevereiro	3.653.513	1.052.212	2.437.332	701.952
Março	3.748.567	1.079.587	2.533.183	729.557
Abril	4.209.946	1.212.465	2.582.838	743.857
Maiο	4.166.016	1.199.813	2.690.751	774.936
Junho	4.311.309	1.241.657	2.833.837	816.145
Julho	4.187.855	1.206.102	2.944.501	848.016
Agosto	4.013.611	1.155.920	3.076.580	886.055
Setembro	4.088.350	1.177.445	3.115.061	897.138
Outubro	4.323.368	1.245.130	3.204.740	922.965
Novembro	4.332.520	1.247.766	3.551.852	1.022.933
Dezembro	4.296.234	1.237.316	3.482.164	1.002.863
13º salário	3.116.583	897.574	2.639.391	760.146
Total	52.168.052	15.024.399	37.581.683	10.823.525

b. Autônomos:

Mês de Competência	2021		2020	
	Remuneração Paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	5.720	1.144	8.720	1.744
Fevereiro	5.720	1.144	5.720	1.144
Março	5.720	1.144	5.720	1.144
Abril	12.362	2.472	29.047	5.809
Maiο	20.371	4.074	23.863	4.773
Junho	30.669	6.134	23.863	4.773
Julho	54.320	10.864	30.344	6.069
Agosto	46.076	9.215	21.272	4.254
Setembro	18.716	3.743	16.088	3.218
Outubro	28.292	5.658	12.200	2.440
Novembro	39.235	7.847	5.720	1.144
Dezembro	47.784	9.558	5.720	1.143
Total	314.985	62.997	188.277	37.655

25. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

26. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

27. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de nove membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, sendo: **cinco** membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, **um** membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, **dois** membros eleitos entre os empregados da Fundação Hospital Santa Lydia e **um** membro eleito entre as instituições de ensino superior sediadas em Ribeirão Preto. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo **um** representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, **um** indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e **um** indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

28. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 222, de 10 de março de 2021 foi aprovada à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.

29. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

30. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
